

Estudo Técnico Preliminar 88/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23072.246759/2024-74

2. Descrição da necessidade

A Divisão de Planejamento integra a Central de Compras/DLO/PRA e é responsável pelo assessoramento e orientação aos solicitantes na fase de planejamento da contratação, dos processos de compras sob a modalidade de pregão eletrônico. Para isso, o setor conta com o apoio de 5 servidores, cujas principais atribuições podemos destacar: assessoramento às unidades/setores requisitantes na elaboração do Estudo Técnico Preliminares (ETP), Mapa de Riscos (MR) e Termo de Referência (TR). Essas atividades são norteadas pelas determinações legais que tratam de licitações e compras públicas, especialmente pela Lei 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações.

Nesse ponto, é importante ressaltar que as recentes previsões trazidas pela nova legislação implicaram a necessidade de estudos, atualização de fluxos, adaptação de sistemas e ajustes nas rotinas operacionais. Assim, com foco no melhor atendimento às demandas institucionais, sobretudo sob o pressuposto da eficiência, ao qual se vincula a Administração Pública, faz-se necessário promover a capacitação do pessoal e a atualização de conhecimentos.

Sob a perspectiva da Divisão de Planejamento, as principais tarefas a serem executadas envolvem a etapa preparatória da licitação. Em relação à construção dos documentos dessa fase, a Lei nº 14.133/2021, apresenta em seu art. 6º, inciso XX, a definição do ETP como “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”. No Capítulo II – da Fase preparatória é possível constatar a importância da realização de um estudo técnico para o processo licitatório:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

I- a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II- a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso; [.]

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: [.]*

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados,

a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Por sua vez, o MR é tratado nos arts. 25 e 26, da IN 05/2017 como o documento que materializa o gerenciamento de riscos do órgão, devendo conter a identificação, avaliação e tratamento das principais ameaças que podem comprometer a contratação. Sua elaboração deve considerar as fase de planejamento, seleção do fornecedor e gestão contratual.

Já o Termo de Referência é o *documento necessário para a contratação de bens e serviços*, que, de acordo com o art. 6º, inciso XXIII, deverá conter os seguintes elementos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*
- j) adequação orçamentária;*

Para atendimento à previsão da alínea “i”, ou seja, estimativa do valor da contratação, a Lei prevê os parâmetros a serem cumpridos para a realização de pesquisa de mercado. De forma complementar, a IN 65/2021 detalha os procedimentos, critérios e metodologias para a realização da pesquisa de preços. A ênfase dada pela legislação a esse assunto se deve a sua relevância dentro do processo de contratação. De acordo com a doutrina especializada, a pesquisa de preço exerce papel fundamental numa licitação, podendo influenciar diretamente para seu sucesso ou fracasso. Essa atividade também é abordada em diversos Boletins Informativos e Acórdãos do TCU, como ilustrado a seguir:

A Administração deve realizar prévia pesquisa de preços em todos os processos de contratação, com estimativas de preços suficientemente fundamentadas e detalhadas com base em planejamento eficiente realizado pela área técnica, utilizando, para isso, propostas de fornecedores e outras fontes de pesquisa que reflitam os preços praticados no mercado, sob pena de responsabilização dos gestores envolvidos (Acórdão 3033/2009/TCU-Plenário).

Pelo exposto, depreende-se que a fase de planejamento da contratação comporta atividades complexas e determinantes para as contratações públicas. Além de instruir e embasar as

aquisições públicas, essas tarefas oferecem subsídio para as etapas seguintes: seleção do fornecedor e gestão/execução contratual.

Nesse sentido, oportunizar a capacitação de pessoal por meio da participação em eventos como: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento dos servidores e que atendam aos interesses da administração, devem ser considerados como investimento, na medida em que se reverterem em melhor aplicação dos recursos públicos. Assim, espera-se que as ações de capacitação possam propiciar conhecimentos capazes de contribuir para que os servidores envolvidos adotem a solução mais vantajosa à Administração nos processos de compras públicas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Planejamento da Central de Compras da UFMG	Silvia Renata Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá:

- a. 1. Disponibilizar pessoal técnico (professor/palestrante) qualificado ao atendimento dos serviços contratados, devendo demonstrar notória especialização na prestação de serviços técnico profissionais do tipo treinamento /capacitação;
- b. 2. O curso deverá ser ministrado em conformidade com o conteúdo programático disponibilizado pela empresa organizadora;
- c. 3. Emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.
- d. 4. Fornecer material de apoio;
- e. 5. Apresentar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, sem quaisquer impedimentos de contratar com a União.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão das características do objeto. Cabe ressaltar que não se trata de prestação de serviços continuados ou com dedicação exclusiva de mão de obra.

5. Levantamento de Mercado

Em levantamento sobre as modalidades dos cursos oferecidos foram encontradas as seguintes opções:

Solução 1 – Cursos presenciais:

Trata-se da modelo mais tradicional, em que alunos e professores dividem o mesmo espaço físico.

Vantagens:

Maior interatividade entre professores e alunos;

Facilidade em expor dúvidas e compreender as respostas;

Troca de experiência e conhecimentos entre os participantes;

Possibilidade de criação de vínculo entre os colegas (network); e

Propicia maior envolvimento e concentração dos alunos nas atividades.

Desvantagens:

Alto custo financeiro, uma vez que envolve a disponibilização de estrutura física, fornecimento de material e lanche;

Necessidade de deslocamento; e

Horário fixo para realização do curso, o que exige maior planejamento.

Solução 2 – Cursos assíncronos:

São caracterizados pelo ensino a distância, com conteúdo gravado e atividades postadas em plataforma própria de ensino.

Vantagens:

Maior flexibilidade de horário e local para assistir ao curso;

Possibilidade de pausar, rever e consultar o conteúdo sempre que julgar necessário;

Maior qualidade da versão que será apresentada, por meio de ajustes e correções durante as gravações;

Maior autonomia aos participantes; e

Acesso a recursos variados como textos, vídeos, áudios, etc.

Desvantagens:

Exige maior disciplina e responsabilidade para estudar o material de forma independente;

Maior distanciamento entre professor e aluno, com pouca ou nenhuma interação;

Maior dificuldade em expor dúvidas e em interpretar as respostas; e

Risco de conteúdo desatualizado, em razão das constantes mudanças na legislação.

Solução 3 – Cursos síncronos:

Os cursos síncronos são realizados a distância, com transmissão ao vivo, por meio de plataformas digitais.

Vantagens:

Possibilita intercâmbio e troca de conhecimentos entre os participantes, por meio de recursos como: webcam, microfone, troca de mensagens escritas;

Propicia o feedback em tempo real para o instrutor;

O treinamento ocorre em horário fixo;

Os alunos podem fazer perguntas em tempo real; e

Proporciona maior sentimento de grupo entre os educandos.

Desvantagens:

Os participantes devem se comprometer com um horário específico para realização do curso;

A ocorrência de problemas técnicos podem causar interrupção da transmissão e prejudicar o curso; e

A qualidade do evento depende em grande parte da capacidade dos palestrantes em prender a atenção dos alunos por um longo período de tempo.

Solução 4 – Cursos assíncronos com acesso por meio de assinatura anual (*streaming*)

São caracterizados pelo ensino a distância, com conteúdo gravado e atividades postadas em plataforma própria de ensino, como um sistema de *streaming*. Em alguns casos, há o fornecimento de conteúdos ao vivo e fórum para dúvidas disponível durante todo o período de assinatura (1 ano).

Vantagens:

Maior flexibilidade de horário e local para assistir ao curso;

Possibilidade de pausar, rever e consultar o conteúdo sempre que julgar necessário;

Maior qualidade da versão que será apresentada, por meio de ajustes e correções durante as gravações;

Com a assinatura, o acesso ao conteúdo é mais diversificado, a partir dos eixos temáticos;

Maior autonomia aos participantes; e

Acesso a recursos variados como textos, vídeos, áudios, etc.

Desvantagens:

Exige maior disciplina e responsabilidade para estudar o material de forma independente;

Maior distanciamento entre professor e aluno, com pouca ou nenhuma interação.

Análise e escolha entre as soluções existentes

Para a escolha das soluções disponíveis no mercado foi levada em consideração a modalidade do curso (presencial, assíncrono ou síncrono) que oferecesse a capacitação simultânea dos servidores da Divisão de Planejamento ao menor custo para a Administração. Além disso, a possibilidade de capacitação sem a necessidade de deslocamento reverte-se em maior disponibilidade para as atividades do setor, especialmente considerando a alta demanda característica do final do exercício financeiro.

Dessa forma, optou-se pelas modalidades síncrona, ou seja, online e 100% ao vivo; e assíncrono (gravado) com acesso por meio de assinatura anual.

A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista na Lei nº 14.133/2021 em seu art. 74, inciso III, letra f, e pressupõe inviabilidade de competição:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...] III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...] f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...] § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores, em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração. Ademais, pode derivar da impossibilidade de comparar, objetivamente, os diversos materiais similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica, apresentando-se como resultado direto do desempenho profissional do especialista que o executa.

A doutrina é pacífica no sentido de que não se licitam coisas comprovadamente desiguais. Lúcia Valle Figueiredo, em seu parecer intitulado "Notória Especialização" (Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, número 44, 2º semestre de 1978, pag. 25/32), ressalta que no momento em que se passa a confrontar coisas que não são cotejáveis, a comparação se torna impossível, não havendo possibilidade de se falar em afronta ao princípio da isonomia nesses casos, pois só se pode falar em isonomia na medida em que se confrontam coisas cotejáveis. Outro ponto que torna a licitação inviável diz respeito à necessidade de se ter critérios objetivos para realizar uma licitação, aspecto esse, que resta prejudicado na contratação em exame. Nesse quesito, convém transcrever os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello a respeito do tema:

"São licitáveis unicamente objetos que possam ser oferecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes(...) Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja" [Curso de Direito Administrativo. 14.Ed. São Paulo: Malheiros, 2033, p.492]

De acordo com Luiz Cláudio de Azevedo Chaves (2014, p. 74) em seu artigo escrito para a Revista do TCU, "o elemento central dessa hipótese de afastamento da licitação é a seguinte: possível presença de vários executores aptos, mas inviável a comparação objetiva de suas respectivas propostas".

O Tribunal de Contas da União, em seu Acórdão 204/2005 Plenário entende que:

A singularidade, como textualmente estabelece a lei, é do objeto do contrato; é o serviço pretendido pela Administração que é singular, e não o executor do serviço. Aliás, todo profissional é singular, posto que esse

atributo é próprio da natureza humana. Singular é a característica do objeto que o individualiza, o distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preço, de dimensões, de localidade, de cor ou forma.

Sobre a notória especialização é importante esclarecer que o entendimento preponderante, tanto na doutrina como no TCU, é de que a lei não exige que o notório especialista seja famoso ou reconhecido pela opinião pública. De acordo com o texto legal, o conceito do profissional no campo de sua especialidade decorre de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades. Para melhor entendimento, vejamos a doutrina de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes.

"A reputação da notoriedade só precisa alcançar os profissionais que se dedicam a uma atividade, sendo absolutamente dispensável, ou impertinente, a fama comum, que a imprensa não especializada incentiva".

Portanto, cabe à Administração avaliar se o futuro contratado é ou não notório especialista no objeto singular demandado pela entidade, baseando-se, para tal julgamento nos estudos, experiências, publicações, organizações, aparelhamento e nos demais requisitos previstos no § 3º do art. 74 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Ainda, neste sentido, pertinente trazer o entendimento do Jurista, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Roberto Grau, no livro *Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei*:

"... Impõem-se à Administração - isto é, ao agente público destinatário dessa atribuição - o dever de inferir qual o profissional ou empresa cujo trabalho é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado àquele objeto. Note-se que embora o texto normativo use o tempo verbal presente ('é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato'), aqui há prognóstico, que não se funda senão no requisito da confiança. Há intensa margem de discricionariedade aqui, ainda que o agente público, no cumprimento daquele dever de inferir, deva considerar atributos de notória especialização do contratado ou contratada."

Ainda, deixa claro que os serviços de capacitação e aperfeiçoamento foram expressamente reconhecidos como tal pelo TCU, conforme trecho da Decisão nº 439/1998 — Plenário:

"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art.13 da Lei nº 8.666/93".

Nota-se que o texto utilizado para basear a decisão do TCU foi mantido no artigo 74 inciso III e letra f do mesmo inciso, da lei 14.133, preservando assim a decisão do TCU.

Importante destacar que singular não é sinônimo de único, como se lê no Acórdão TCU 565/1995 - Plenário:

"Note-se que o adjetivo "singular" não significa necessariamente "único". O dicionário registra inúmeras acepções, tais como: invulgar, especial, raro, extraordinário, diferente, distinto, notável. A meu ver, quando a lei fala de serviço singular, não se refere a "único", e sim a "invulgar, especial, notável". Escudo essa dedução lembrando que na lei não existem disposições inúteis. Se "singular" significasse "único", seria o mesmo que "exclusivo", e portanto o dispositivo seria inútil, [...] Portanto, no meu entender, para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto. Logo, num determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço

singular, e pode não obstante ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha "notória especialização": será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto do contrato específico que pretender celebrar. Ressalvadas sempre as hipóteses de interpretações flagrantemente abusivas, defendo assim a tese de que se deve preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga".

Conforme esclarece Antônio Carlos do Amaral: *"O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."*

Sob esse entendimento, após análise dos currículos dos palestrantes/instrutores do curso promovidos pela MMP Cursos, Capacitação e Treinamento Ltda, e pelo Grupo Centrum Capacitação e Eventos observou-se que os instrutores podem ser considerado notoriamente especializados, em face de sua formação técnica, experiência profissional e capacidade intelectual no campo de sua especialidade, inclusive com atuação junto ao setor público. Isso demonstra a ampla capacidade de execução e atendimento da demanda por capacitação da Divisão de Planejamento.

O professor do curso "O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas" organizado pela empresa MMP Cursos, Capacitação e Treinamento Ltda será **Lúcio Antônio Frezza Costa**: Advogado, especialista em direito público e servidor público do Ministério Público da União - MPU (analista do mpu/apoio jurídico/direito), professor da ENAP - Escola Nacional da Administração Pública, professor do Ministério Público Federal, professor da Escola Superior do Ministério Público da União, professor do Ministério Público do Trabalho, professor em diversas Instituições Públicas (CNPQ, MCTIC, MMA, etc..) e Instituições Privadas ministrando cursos e treinamentos nas temáticas de Licitações e Contratos Administrativos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitações e contratos, Convênios Públicos, Lei 8.112/90 e Lei 12.826/2013. [Currículos Lattes disponibilizado no anexo I]

E, o instrutor dos cursos disponibilizados pelo **"Ronnyflix"** organizado pelo Grupo Centrum Capacitação e Eventos será: **Ronny Charles Lopes de Torres**: Advogado, consultor Jurídico e parecerista. Doutor em Direito do Estado (UFPE). Mestre em Direito Econômico (UFPB). Pós-graduado em Direito tributário (IDP) e em Ciências Jurídicas (UNP). Coordenador de Pós-graduações em licitações e contratos (FBD e CERS). Advogado da União licenciado. Já exerceu o cargo de Coordenador Geral e parecerista em diversos Ministérios e órgãos federais relevantes, além de membro da Câmara Nacional de Uniformização da AGU e da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União, atuando em questões federais relevantes. Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: Leis de licitações públicas comentadas (15ª Edição. Ed. JusPodivm); Direito Administrativo (14ª Edição. Co-autoria. Ed. Jus Podivm); Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle (Ed. Jus Podivm) Comentários à Lei de Improbidade administrativa (2ª edição. Coautoria. Ed. Jus Podivm); Licitações e contratos nas empresas estatais (3ª edição. Coautoria. Ed. Jus Podivm); Análise Econômica das Licitações e Contratos (2ª edição. Coautoria. Ed. Fórum). [Currículos Lattes disponibilizado no anexo I].

Dessa forma, a escolha da capacitação por meio da participação no evento "O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas" e pelo acesso à plataforma "Ronnyflix" justifica-se em virtude:

- a. 1. da singularidade do serviço contratado e da notória especialização dos professores /instrutores;
- b. 1. da temática dos eventos estar prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais para o ano 2024 ["Administração Pública: Aprimorar conhecimentos em licitações, compras e gestão de contratos da administração pública"];

- c. 2. da pertinência temática dos eventos com as atribuições desenvolvidas pela Divisão de Planejamento.

6. Descrição da solução como um todo

A solução contempla a contratação do curso "O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas" e acesso à plataforma "Ronnyflix", cujos conteúdos programáticos constam do Anexo II.

Serão contratadas duas inscrições sendo:

Item 1: uma inscrição para o curso "O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas" a ser realizado de modo on-line e ao vivo nos dias 03 e 04 de outubro de 2024, com certificação do inscrito ao final do evento.

Item 2: uma inscrição para a plataforma "Ronnyflix", com cursos a serem realizados de modo online e gravado, com certificação do inscrito ao final do evento, pelo período de 1 (um) ano.

O curso/evento deve ser online e englobar os tópicos:

Providências iniciais do planejamento de compras e contratações públicas;

Plano de Contratações Anual, Estudo Técnico Preliminar; Mapa de Riscos; Termo de Referência; e outros documentos que compõem a fase preparatória.

Pesquisa de preços em conformidade às previsões da Lei 14.133/2021.

As empresas organizadoras do deverão:

Prestar o serviço em plataforma digital apropriada. Acesso 100% virtual, com interação ao vivo para o item 1 e aulas gravadas, palestras ao vivo e fórum de dúvidas para o item 2;

Disponibilizar pessoal técnico (professor/palestrante) qualificado ao atendimento dos serviços contratados, devendo demonstrar notória especialização na prestação de serviços técnico profissionais do tipo treinamento/capacitação;

Professor/instrutor deverá estar por dentro de todas as novidades sobre as licitações, contratações, gestão e governança pública, mantendo-se sempre atualizado e fundamentado na doutrina e jurisprudência contemporânea, bem como aprender sobre todas as novas regras e mudanças na legislação de forma prática, rápida e segura;

Garantir que o curso seja ministrado em conformidade com o conteúdo programático disponibilizado;

Fornecer, ao final do evento, o certificado de realização do curso aos servidores inscritos, com carga horária, período de realização e conteúdo programático;

Elaborar, reproduzir e disponibilizar para, sem custo adicional, o material de apoio ao curso, via plataforma digital ou e-mail;

Fornecer material de apoio (sem custo adicional);

Apresentar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, sem quaisquer impedimentos de contratar com a União.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo foi estimado tendo em vista o número de servidores que trabalham na Divisão de Planejamento (05) e o fato de que os cursos serão realizados na modalidade online. Portanto, serão contratadas ao todo 02 (duas) inscrições, sendo:

- a. 1. Uma inscrição para o curso “O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas”; e
- b. 2. Uma inscrição para a plataforma “Ronnyflix”.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.438,00

O valor total estimado para a presente contratação é de R\$2.438,00 (dois mil quatrocentos e trinta e oito reais), considerando o investimento abaixo indicado:

ITEM	Qtdd.	Unid.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL POR ITEM
1	1	INSCRIÇÃO	Inscrição de servidor para participação do curso “O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas” a ser realizado de modo on-line e ao vivo nos dias 03 e 04 de outubro de 2024.	R\$1.490,00	R\$1.490,00
2	1	INSCRIÇÃO	Inscrição de servidor para plataforma “Ronnyflix”, contendo cursos a serem realizados de modo on-line e assíncrono, pelo período de 1 (um) ano.	R\$948,00	R\$948,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica por se tratar-se de inscrição em evento para capacitação de servidor, por meio de inexigibilidade de licitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, conforme abaixo:

Plano de Contratações Anual (PCA) 2024	
ID PCA no PNCP	17217985000104-0-000002/2024
Data de publicação no PNCP	19/05/2023
Id do item no PCA	698
Classe/Grupo	929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO
Identificador da Futura Contratação	153254-196/2024

Ressalta-se que a Política de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal (PNDP), descrita no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, prevê a promoção de capacitação do servidor e sua qualificação para atividades a desempenhar.

Dessa forma, a pretensa contratação encontra-se alinhada aos interesses da Administração, uma vez que foca no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a qualificação dos servidores deste órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a presente contratação, pretende-se:

- Capacitar os servidores lotados na Divisão de Planejamento da Central de Compras da UFMG, conhecimento que poderá ser difundido a toda Central de Compras do DLO;
- Atualizar os conhecimentos relacionados à contratação pública, proporcionando maior capacidade de decisão;
- Atender aos princípios da administração pública, em especial o princípio da eficiência no serviço público;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados.

13. Providências a serem Adotadas

Não há a necessidade de adequações físicas no prédio do órgão, pois o evento será realizado em formato virtual e os servidores poderão acessar o evento a partir de suas estações de trabalho, que dispõem de aparato tecnológico para acesso à plataforma do curso.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados possíveis impactos ambientais, motivo pelo qual não serão necessárias medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar riscos ambientais existentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

É viável a contratação, visto que seu objeto [capacitação de servidores] está dentro do planejamento da Instituição, o valor total a ser investido mostrou-se vantajoso para a Administração e demais razões já apresentadas neste Estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA RENATA FERNANDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 15:53:38.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I ETP.pdf (5.13 MB)
- Anexo II - Anexo II ETP.pdf (1.66 MB)

Anexo I - Anexo I ETP.pdf



Lúcio Antônio Frezza Costa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0000012560638548>

ID Lattes: **0000012560638548**

Última atualização do currículo em 02/05/2024

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (1999). Atualmente é servidor público do Ministério Público da União - MPU (analista do mpu/apoio jurídico/direito), professor da ENAP - Escola Nacional da Administração Pública, professor do Ministério Público Federal, professor da Escola Superior do Ministério Público da União, professor do Ministério Público do Trabalho, professor em diversas Instituições Públicas (CNPQ, MCTIC, MMA, etc..) e Instituições Privadas ministrando cursos e treinamentos nas temáticas de Licitações e Contratos Administrativos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitações e contratos, Convênios Públicos, Lei 8.112/90 e Lei 12.826/2013. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Lúcio Antônio Frezza Costa 

Nome em citações bibliográficas

COSTA, L. A. F.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/0000012560638548>

Endereço

Endereço Profissional

Ministério Público do Trabalho,
Procuradoria Geral do Trabalho.
Quadra SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A
Asa Norte
70040250 - Brasília, DF - Brasil
Telefone: (61) 33148593

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2013

Especialização em Direito e Jurisdição.
(Carga Horária: 720h).
Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, ESMA DF, Brasil.
Título: Responsabilidade Civil no Transporte Aéreo de pessoas, bagagens e mercadorias: conflito entre normas

internas, internacionais e a repercussão do código de defesa do consumidor.
Orientador: Hilmar Castelo Branco Raposo Filho.

2008 - 2009

Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 600h).
Faculdade Processus, PROCESSUS, Brasil.
Título: PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PENAL PUNITIVA EM PERSPECTIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS.
Orientador: Cristovão Castro.

2005 - 2006

Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 383h).
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, IMIH, Brasil.
Título: Competências Constitucionais Legislativas em matéria Ambiental.
Orientador: Ana Paula Matosinhos.

1995 - 1999

Graduação em Direito.
Centro Universitário do Triângulo, UNITRI, Brasil.
Título: Não foi necessário.
Orientador: não foi necessário.

Formação Complementar

2016 - 2016

Metodologias para aprendizagem na EAD. (Carga horária: 19h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

2016 - 2016

Formação de Instrutores Internos do MPT. (Carga horária: 20h).
Ministério Público do Trabalho, MPT, Brasil.

2016 - 2016

Metodologias para Aprendizagem na Educação a Distância - Turma II. (Carga horária: 76h).
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

2016 - 2016

Metodologias para aprendizagem na formação de tutores. (Carga horária: 26h).

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

2016 - 2016

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. (Carga horária: 28h).

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

2016 - 2016

A Incorporação de tecnologias educacionais em capacitações presenciais. (Carga horária: 7h).

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

2016 - 2016

Curso de Atualização de Docentes de Logística. (Carga horária: 7h).

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

2016 - 2016

metodologias na formação de tutores da ESMPU II. (Carga horária: 19h).

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

2015 - 2015

Capacitação de tutores à distância. (Carga horária: 60h).

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

2014 - 2014

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. (Carga horária: 21h).

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

2014 - 2014

Curso de Formação de Pregoeiros: Pregão Eletrônico. (Carga horária: 32h).

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

2014 - 2014

Fundamentos e Teoria Geral da Licitação. (Carga horária: 21h).

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

2013 - 2013

Gestão de Convênios para Concedentes.
(Carga horária: 32h).
Escola Nacional da Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2012 - 2012

Curso de Aperfeiçoamento Seleção de
Tutores. (Carga horária: 2012h).
Escola Superior do Ministério Público da
União, ESMPU, Brasil.

2012 - 2012

capacitação de tutores à distância. (Carga
horária: 30h).
Escola Superior do Ministério Público da
União, ESMPU, Brasil.

2011 - 2011

Curso de Aperfeiçoamento Gestão
Empreendedora. (Carga horária: 16h).
Escola Superior do Ministério Público da
União, ESMPU, Brasil.

2010 - 2010

Capacitação de Tutores à Distância.
(Carga horária: 20h).
Escola Nacional da Administração Pública,
ENAP, Brasil.

Atuação Profissional

Ministério Público do Trabalho, MPT, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Banco de Tutores para
Instrutoria Interna

Outras informações

Compõe o banco de tutores do Ministério
Público do Trabalho para atuação em
cursos na modalidade à distância no MPT

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Analista do MPU/Apoio
Jurídico/Direito, Carga horária: 40

Outras informações

Exerceu as funções de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito na Procuradoria Geral do Trabalho. Exerce, atualmente, as funções de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito na Procuradoria Geral do Trabalho - PGT na análise de procedimentos administrativos e processos judiciais e extrajudiciais.

Escola Nacional da Administração Pública, ENAP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: professor da ENAP

Outras informações

Atuação em cursos presenciais para a capacitação de servidores públicos, na modalidade presencial. Cursos: Gestão de Convênios para Concedentes, Fundamentos da Gestão da Logística Pública e Teoria Geral da Licitação, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: professor da ENAP

Outras informações

Atuação como professor-tutor na ENAP no Curso à Distância de Gestão de Convênios para Convenientes na modalidade EAD. Curso de 40 h/a.

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: servidor público - MPU

Outras informações

Atuação como professor-tutor no Curso de Licitações e Gestão de Contratos, Licitação Avançado e Fraudes em Licitações, Contratos e Serviços de Obras Públicas, e Orientador Pedagógico do Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Contínuos com mão de obra exclusiva - De acordo com a IN 02 e alterações da IN 06/MPOG e Entendimentos do TCU promovidos pela ESMPU para a capacitação de servidores públicos, no âmbito do Ministério Público da União. Cursos de 60 horas, na modalidade EAD.

Ministério Público Federal, PGR/MPU, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Banco de
Professores em EAD da PGR/MPF, Carga
horária: 0

Outras informações

Atuação como conteudista no Curso Técnicas de Elaboração de Termos de Referência nos cursos em EAD da PGR/MPF

Escola Nacional de Governo, ENG, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Professor

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, MPDFT, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2015

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Analista do MPU/Apoio
Jurídico/Direito, Carga horária: 40

Outras informações

Exerceu as funções de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito junto às Promotorias de Justiça de Registros Públicos, Defesa do Consumidor, Cível e Fazenda Pública. Atuou também na Consultoria Jurídica do MPDFT na análise de procedimentos administrativos, notadamente em Contratos Administrativos.

Ministério do Meio Ambiente, MMA, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2009

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Analista Processual, Carga horária: 40

Outras informações

Analista Processual - atuação no Controle Interno do MMA

Ordem dos Advogados do Brasil - 47ª Subseção, OAB/MG, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2005

Vínculo: Advogado, Enquadramento Funcional: Autônomo, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Área Cível, Criminal, Trabalhista, Previdenciária, Ambiental, Administrativa, Consumidor, Assessoria e consultoria Jurídica, etc..

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

2.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Educação / Subárea: Ensino-Aprendizagem.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea:
Administração Pública.

4.

Grande área: Ciências Humanas / Área:
Ciência Política / Subárea: Políticas
Públicas.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: LICITAÇÕES E
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Produções

Produção bibliográfica

Demais tipos de produção técnica

1.

COSTA, L. A. F.. Curso Nova Lei de Licitações e Contratos
Administrativos. 2024. (Educacional).

2.

COSTA, L. A. F.. Curso Estudo Técnico Preliminar e Termo de
Referência e Projeto Básico. 2024. (Educacional).

3.

COSTA, L. A. F.. Curso Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência e Projeto Básico. 2024. (Educacional).

4.

COSTA, L. A. F.. Curso Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência e Projeto Básico. 2024. (Educacional).

5.

COSTA, L. A. F.. Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos. 2023. (Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos).

6.

COSTA, L. A. F.. Processo Administrativo Responsabilização (Lei Anti corrupção) e Processo Administrativo Disciplinar. 2023. (Processo Administrativo Responsabilização (Lei Anti corrupção) e Processo Administrativo Disciplinar).

7.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos. 2022. (Educacional).

8.

COSTA, L. A. F.. Curso de Termo de Referência e Projeto Básico. 2022. (Educacional).

9.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos. 2022. (Educacional).

10.

COSTA, L. A. F.. Curso Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Educacional).

11.

COSTA, L. A. F.. Curso de Termo de Referência e Projeto Básico. 2022. (Educacional).

12.

COSTA, L. A. F.. Curso contratação Direta sem Licitação. 2022. (Educatonal).

13.

COSTA, L. A. F.. Curso Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Educatonal).

14.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos. 2022. (Educatonal).

15.

COSTA, L. A. F.. Curso de Termo de Referência e Projeto Básico. 2022. (Educatonal).

16.

COSTA, L. A. F.. Curso Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Educatonal).

17.

COSTA, L. A. F.. Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos. 2022. (Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos).

18.

COSTA, L. A. F.. Processo Administrativo Responsabilização (Lei Anti corrupção) e Processo Administrativo Disciplinar. 2022. (Processo Administrativo Responsabilização (Lei Anti corrupção) e Processo Administrativo Disciplinar).

19.

COSTA, L. A. F.. Curso de Almoxarifados e Patrimônio Público. 2021. (Educatonal).

20.

COSTA, L. A. F.. Curso de Almoxarifados e Patrimônio Público. 2021. (Educatonal).

21.

COSTA, L. A. F.. Curso de Penalidades nos Contratos Administrativos. 2021. (Curso de Penalidades nos Contratos Administrativos).

22.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos. 2021. (Educatonal).

23.

COSTA, L. A. F.. Curso de Convênios e Contratos de Repasse. 2020. (Educatonal).

24.

COSTA, L. A. F.. Curso de Teoria Geral das Licitações e Logística Pública. 2020. (Educatonal).

25.

COSTA, L. A. F.. Curso de Fraudes em Licitações e Contratos Administrativos. 2019. (Educatonal).

26.

COSTA, L. A. F.. Curso Licitações e Contratos Administrativos. 2019. (Educatonal).

27.

COSTA, L. A. F.. Convenios e contratos de repasse. 2019. (Educatonal).

28.

COSTA, L. A. F.. Curso Instrução Normativa 05/2017. 2018. (Educatonal).

29.

COSTA, L. A. F.. Curso de Licitações e contratos Administrativos. 2018. (Educatonal).

30.

COSTA, L. A. F. Curso de Pregão Eletrônico. 2018. (Educacional).

31.

COSTA, L. A. F. Curso de Formação de Pregoeiros. 2018. (Educacional).

32.

COSTA, L. A. F. Curso de Licitação, Pregão e Sistema de Registro de PReços. 2018. (Educacional).

33.

COSTA, L. A. F. Curso de Gestão e Fiscalização de contratos Administrativos. 2018. (Educacional).

34.

COSTA, L. A. F. Curso de Pregão Presencial e Eletrônico. 2018. (Educacional).

35.

COSTA, L. A. F. Licitações e Contratos Administrativos, Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços. 2018. (Educacional).

36.

COSTA, L. A. F. curso de Convenios e contratos de Repasse. 2018. (Educacional).

37.

COSTA, L. A. F. curso Instrução Normativa 05/2017. 2018. (Educacional).

38.

COSTA, L. A. F. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 2018. (Educacional).

39.

COSTA, L. A. F. Curso Instrução Normativa 05/2017. 2018. (Educacional).

40.

COSTA, L. A. F. curso de Gestão e Fiscalização de contratos administrativos. 2018. (Educacional).

41.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios e Transferencias Voluntárias. 2017. (Educacional).

42.

COSTA, L. A. F. Curso de Pregão eletrônico e Pregão presencial. 2017. (Educacional).

43.

COSTA, L. A. F. Curso de elaboração de Editais e Termo de Referência. 2017. (Educacional).

44.

COSTA, L. A. F. Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2017. (Educacional).

45.

COSTA, L. A. F. Curso Instrução Normativa 05/2017 - Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 2017. (Educacional).

46.

COSTA, L. A. F. Curso de convenios e transferencias voluntarias - 32 h/a. 2017. (Educacional).

47.

COSTA, L. A. F. Curso de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico. 2017. (Educacional).

48.

COSTA, L. A. F.. Curso de Convenios e Contratos de Repasse. 2017. (Educatonal).

49.

COSTA, L. A. F.. Curso de Pregão Eletrônico e Pregão Presencial. 2017. (Educatonal).

50.

COSTA, L. A. F.. Curso de Elaboração de Termo de Referencia e Projeto Basico. 2017. (Educatonal).

51.

COSTA, L. A. F.. Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2017. (Educatonal).

52.

COSTA, L. A. F.. curso de convenios e contratos de Repasse. 2017. (Educatonal).

53.

COSTA, L. A. F.. Curso de Licitações e Contratos Adminsitrativos. 2017. (Educatonal).

54.

COSTA, L. A. F.. Curso de Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2016. (Educatonal).

55.

COSTA, L. A. F.. Curso de Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2016. (Educatonal).

56.

COSTA, L. A. F.. Curso Fraudes em Licitações, contratos e Serviços de Obras Públicas-EAD. 2016. (Educatonal).

57.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Contínuos com mão de obra exclusiva. 2016. (Educacional).

58.

COSTA, L. A. F.. Curso de Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2016. (Educacional).

59.

COSTA, L. A. F.. Curso de Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2016. (Educacional).

60.

COSTA, L. A. F.. Curso de Licitação Avançado em EAD. 2016. (Educacional).

61.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão de Convênios para Concedentes. 2016. (Educacional).

62.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 2016. (Educacional).

63.

COSTA, L. A. F.. Curso de Técnicas de Elaboração de Termo de Referência. 2016. (Educacional).

64.

COSTA, L. A. F.. Curso de Contratação Direta. 2015. (Educacional).

65.

COSTA, L. A. F.. Curso de Convênios para Concedentes. 2015. (Educacional).

66.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios para Convenientes - EAD. 2015. (Educatonal).

67.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios para Convenientes - EAD. 2015. (Educatonal).

68.

COSTA, L. A. F. Curso de Licitação e Gestão de Contratos Públicos - EAD. 2015. (Educatonal).

69.

COSTA, L. A. F. Curso de Licitação Avançado - EAD. 2015. (Educatonal).

70.

COSTA, L. A. F. Curso de Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2015. (Educatonal).

71.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios para Convenientes ? EAD. 2015. (Educatonal).

72.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios para Convenientes ? EAD. 2015. (Educatonal).

73.

COSTA, L. A. F. Curso Fraudes em Licitações, contratos e Serviços de Obras Públicas-EAD. 2015. (Educatonal).

74.

COSTA, L. A. F. Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Contínuos com Mão de Obra Exclusiva - De acordo com IN 02 e alterações da 06/MPOG e Entendimentos do TCU. 2015. (Educatonal).

75.

COSTA, L. A. F.. Licitação e Contratos Administrativos , Pregão e Sistema de Registro de Preços. 2015. (Educatonal).

76.

COSTA, L. A. F.. Curso de Convênios para Concedentes. 2015. (Educatonal).

77.

COSTA, L. A. F.. Fundamentos da Gestão da Logística e Teoria Geral da Licitação. 2015. (Educatonal).

78.

COSTA, L. A. F.. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Contínuos com mão de obra exclusiva. 2015. (Educatonal).

79.

COSTA, L. A. F.. Curso Termo de Parceria. 2014. (Educatonal).

80.

COSTA, L. A. F.. Curso de Tomada de Contas Especial. 2014. (Educatonal).

81.

COSTA, L. A. F.. Curso Termo de Parceria. 2014. (Educatonal).

82.

COSTA, L. A. F.. Curso de Convênios. 2014. (Educatonal).

83.

COSTA, L. A. F.. Curso de Regime Diferenciado de Contratação- RDC. 2014. (Educatonal).

84.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios para Concedentes. 2014. (Educatonal).

85.

COSTA, L. A. F. Curso de Contratação Direta. 2014. (Educatonal).

86.

COSTA, L. A. F. Curso de Licitação Avançado (EAD). 2014. (Educatonal).

87.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios. 2014. (Educatonal).

88.

COSTA, L. A. F. Curso de Convênios para Concedentes. 2014. (Educatonal).

89.

COSTA, L. A. F. Gestão de Convênios para Convenientes. 2013. (Educatonal).

90.

COSTA, L. A. F. Licitação e Gestão de Contratos Administrativos. 2013. (Educatonal).

91.

COSTA, L. A. F. Gestão de Convênios para Concedente - presencial. 2013. (Educatonal).

92.

COSTA, L. A. F. Gestão de Convênios para Concedentes - presencial. 2013. (Educatonal).

93.

COSTA, L. A. F.. Gestão de Convênios para Convenientes. 2013. (Educatonal).

94.

COSTA, L. A. F.. Curso Termo de Parceria. 2013. (Educatonal).

95.

COSTA, L. A. F.. Curso de Convenio para Concedentes. 2013. (Educatonal).

96.

COSTA, L. A. F.. Gestão de Convênios para Convenientes. 2012. .

97.

COSTA, L. A. F.. Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse ? Convenientes (Curso à Distância). 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

98.

COSTA, L. A. F.. Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse ? Convenientes (Curso à Distância). 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

99.

COSTA, L. A. F.. Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse ? Convenientes (Curso à Distância). 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Curso "Lei de Responsabilidade Fiscal".Curso "Lei de Responsabilidade Fiscal". 2016. (Outra).

2.

Curso de Fundamentos de Convênios com utilização do SICONV. Curso de Fundamentos de Convênios com utilização do SICONV. 2016. (Outra).

3.

Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 2016. (Outra).

4.

Curso de Recursos no Processo do Trabalho. Curso de Recursos no Processo do Trabalho. 2016. (Outra).

5.

Curso de Siconv para Convenientes 4 - Execução. Curso de Siconv para Convenientes 4 - Execução. 2016. (Outra).

6.

Curso de Siconv para Convenientes 5 - Prestação de Contas. Curso de Siconv para Convenientes 5 - Prestação de Contas. 2016. (Outra).

7.

Curso Formação de Pregoeiros. Curso Formação de Pregoeiros. 2016. (Outra).

8.

Curso Fundamentos de Pregão Eletrônico e Margem de Preferência. Curso Fundamentos de Pregão Eletrônico e Margem de Preferência. 2016. (Outra).

9.

Curso Gestão de Riscos nas Contratações Públicas. Curso Gestão de Riscos nas Contratações Públicas. 2016. (Outra).

10.

Curso Gestão e Fiscalização de Contratos.Curso Gestão e Fiscalização de Contratos. 2016. (Outra).

11.

Curso Novo Código de Processo Civil.Curso Novo Código de Processo Civil. 2016. (Outra).

12.

Curso Novo Código de Processo Civil.Curso Novo Código de Processo Civil. 2016. (Outra).

13.

Curso Regras e Fundamentos do SCDP.Curso Regras e Fundamentos do SCDP. 2016. (Outra).

14.

Curso Siconv para Convenientes 3 - Proposta e Plano de Trabalho.Curso Siconv para Convenientes 3 - Proposta e Plano de Trabalho. 2016. (Outra).

15.

Seminário: Como fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública - Melhores Práticas.Seminário: Como fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública - Melhores Práticas. 2016. (Seminário).

16.

Seminário Aspectos Controversos da LRF.Seminário Aspectos Controversos da LRF. 2016. (Seminário).

17.

Seminário Boas Práticas em Pregão Eletrônico.Seminário Boas Práticas em Pregão Eletrônico. 2016. (Seminário).

18.

Seminário de Compras Públicas Sustentáveis.Seminário de Compras Públicas Sustentáveis. 2016. (Seminário).

19.

Seminário de Sanções Administrativas na Administração Pública.Seminário de Sanções Administrativas na Administração Pública. 2016. (Seminário).

20.

Seminário Os 20 vícios mais comuns em licitações e nos contratos.Seminário Os 20 vícios mais comuns em licitações e nos contratos. 2016. (Seminário).

21.

Café com Debate: Regime Diferenciado de Contratações ? RDC.Café com Debate: Regime Diferenciado de Contratações ? RDC. 2015. (Outra).

22.

Curso de Atualização para Docentes de Logística.Curso de Atualização para Docentes de Logística. 2015. (Outra).

23.

Curso de Licitações na Administração Pública-EAD.Curso de Licitações na Administração Pública-EAD. 2015. (Outra).

24.

Gestão de Contratos de TI,- EAD.Gestão de Contratos de TI-EAD. 2015. (Outra).

25.

Registro de Preços conforme e a Jurisprudência do TCU. 2015. (Seminário).

26.

Seminário de Boas Práticas em Licitações de TI.Seminário de Boas Práticas em Licitações de TI. 2015. (Seminário).

27.

Seminário de Boas Práticas em Pregão Eletrônico.Seminário de Boas Práticas em Pregão Eletrônico. 2015. (Seminário).

28.

Seminário Gestão de Convênios: Riscos e Controles.Seminário Gestão de Convênios: Riscos e Controles. 2015. (Seminário).

29.

Seminário sobre Prevenção de Artimanhas e Conluíus em Obras Públicas.Seminário sobre Prevenção de Artimanhas e Conluíus em Obras Públicas. 2015. (Seminário).

30.

Siconv Para Convenientes 1 - Visão Geral- EAD.Siconv Para Convenientes 1 - Visão Geral.. 2015. (Outra).

31.

Siconv para Convenientes 2 ? Proponentes e Usuários-EAD.Siconv para Convenientes 2 ? Proponentes e Usuários-EAD. 2015. (Outra).

32.

Apresentação sobre a Instrução Normativa nº 05 de 27 de julho de 2014.Apresentação sobre a Instrução Normativa nº 05 de 27 de julho de 2014. 2014. (Outra).

33.

Curso de Aperfeiçoamento "Licitações e Contratações de Obras e Serviços de Engenharia - Fiscalização de Obras",.Curso de Aperfeiçoamento "Licitações e Contratações de Obras e Serviços de Engenharia - Fiscalização de Obras",. 2014. (Outra).

34.

Seminário Boas Práticas em Pregão Eletrônico.Seminário Boas Práticas em Pregão Eletrônico. 2014. (Seminário).

35.

Seminário Improbidade Administrativa e Desafios para a Gestão do Estado Brasileiro.Seminário Improbidade Administrativa e Desafios para a Gestão do Estado Brasileiro. 2014. (Seminário).

36.

Seminário Nacional TEmas Aplicados e Relevantes sobre licitações e contratos.Seminário Nacional Temas Aplicados e Relevantes sobre licitações e contratos. 2014. (Seminário).

37.

Curso de Improbidade Administrativa.Improbidade Administrativa. 2013. (Outra).

38.

Curso OBTV - Concedente.Curso Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - Concedente. 2013. (Outra).

39.

Curso OBTV - Conveniente.Curso OBTV - Conveniente. 2013. (Outra).

40.

Gestão de Convênios para Concedentes.Gestão de Convênios para Concedentes. 2013. (Outra).

41.

Lei 866/93, pregão e registro de preços.Legislação aplicada à logística de Suprimentos - Lei 8666/93, pregão e registro de preços. 2013. (Outra).

42.

Prestação de Contas de Convênios: dever do gestor, direito da sociedade.Prestação de Contas de Convênios: dever do gestor, direito da sociedade. 2013. (Outra).

43.

Responsabilidade dos agentes nas contratações públicas e as sanções por atos e decisões.Responsabilidade dos agentes nas contratações públicas e as sanções por atos e decisões. 2013. (Seminário).

44.

45.

Capacitação de Tutores à distância- Ministério Público da União.Capacitação de Tutores à distância- Ministério Público da União. 2012. (Outra).

46.

Curso de Português, Gramática e Redação.Curso de Português, Gramática e Redação. 2012. (Outra).

47.

Prestação de Contas: Fundamento da Democracia e Exercício da Cidadania.Prestação de Contas: Fundamento da Democracia e Exercício da Cidadania. 2012. (Outra).

48.

Licitações e Contratos Administrativos.Licitações e Contratos Administrativos. 2011. (Outra).

49.

Atualização em Direito Civil.Atualização em Direito Civil (Contratos e Responsabilidade Civil). 2010. (Outra).

50.

Capacitação de Tutores à Distância.Capacitação de Tutores à Distância - Formação de Fomadores. 2010. (Outra).

51.

Direito do Consumidor.Direito do Consumidor ? Defesa do Consumidor em Juízo. 2010. (Outra).

52.

Direito Processual Civil.Direito Processual Civil ? Recursos Cíveis. 2010. (Outra).

53.

Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.Gestão de Convênios e Contratos de Repasse ? Formação de Formadores. 2010. (Outra).

54.

Instrumentos de Política Ambiental.Instrumentos de Política Ambiental. 2010. (Outra).

55.

Ministério Público e o Sistema de Justiça Criminal.Palestra ? Ministério Público e o Sistema de Justiça Criminal. 2010. (Outra).

56.

Prevenção à Corrupção.Prevenção à Corrupção. 2010. (Outra).

57.

Rumo á Aprendizagem Virtual - Capacitação de Tutores para Educação à Distância.Rumo á Aprendizagem Virtual - Capacitação de Tutores para Educação à Distância ? Formação de Formadores. 2010. (Outra).

58.

Seminário Lei Maria da Penha: avaliação e perspectivas.Seminário Lei Maria da Penha: avaliação e perspectivas. 2010. (Seminário).

59.

Teorias da Criminologia e as Consequências para o Ministério Público.Teorias da Criminologia e as Consequências para o Ministério Público. 2010. (Outra).

60.

?Democracia: Voto Obrigatório ou Voto Facultativo?.Debate: ? Democracia: Voto Obrigatório ou Voto Facultativo?. 2009. (Outra).

61.

?O Novo Acordo Ortográfico?..?O Novo Acordo Ortográfico?. 2009. (Outra).

62.

Combate à Corrupção.Projeto Temas Atuais ? Combate à Corrupção. 2009. (Outra).

63.

Estilos de Aprendizagem na Modalidade Mista de Capacitação.Oficina Estilos de Aprendizagem na Modalidade Mista de Capacitação. 2009. (Oficina).

64.

Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse.Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse ? Convenientes (Curso à Distância). 2009. (Outra).

65.

Licitações e Contratos, Termo de Referência, Registro de Preços e Pregão.Curso Completo de Licitações e Contratos, Termo de Referência, Registro de Preços e Pregão com Simulações. 2009. (Outra).

66.

Mapeamento de Competência dos Tutores.Mapeamento de Competência dos Tutores. 2009. (Outra).

67.

Nova Lei de Adoção (Lei nº 12.010/2009).Projeto Temas Atuais ? Nova Lei de Adoção (Lei nº 12.010/2009). 2009. (Outra).

68.

Nova Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009).Projeto Temas Atuais ? Nova Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009). 2009. (Outra).

69.

Redação Oficial e Língua Portuguesa.Curso de Redação Oficial e Língua Portuguesa. 2009. (Outra).

70.

Registros Públicos e a Atuação do Ministério Público. Curso de Registros Públicos e a Atuação do Ministério Público. 2009. (Outra).

71.

Legislação Aplicada ao Portal de Convênios e Apresentação do Sistema. Curso de Legislação Aplicada ao Portal de Convênios e Apresentação do Sistema. 2008. (Outra).

72.

Procedimentos e Rotinas de Convênios e Prestação de Contas. Procedimentos e Rotinas de Convênios e Prestação de Contas. 2008. (Outra).

73.

Redação Oficial e Português. Curso de Redação Oficial e Português. 2008. (Outra).

74.

3º Seminário sobre CAUC (Convênios). 3º Seminário sobre CAUC (Convênios). 2006. (Seminário).

75.

Atualização das Ciências Jurídicas (Teoria, Prática e Lógica). Atualização das Ciências Jurídicas (Teoria, Prática e Lógica). 2006. (Outra).

76.

Atualização Jurídica em Direito Público. Atualização Jurídica em Direito Público (Quinzena Jurídica). 2006. (Outra).

77.

Atualização Jurídica em Direito Público. Atualização Jurídica em Direito Público. 2006. (Outra).

78.

O Tribunal de Contas da União na promoção da cidadania e do controle social no terceiro setor. Seminário Diálogo Público ? O Tribunal de Contas da União na promoção da cidadania e do controle social no terceiro setor. 2006. (Seminário).

79.

Procedimentos e Rotinas de Convênios e Prestação de Contas.Procedimentos e Rotinas de Convênios e Prestação de Contas. 2006. (Outra).

80.

Atualização Jurídica e Especialização em Direito Público.Atualização Jurídica e Especialização em Direito Público. 2004. (Outra).

81.

Estudos Jurídicos ? Estatuto Desarmamento.Estudos Jurídicos ? Estatuto Desarmamento. 2003. (Outra).

82.

Estudos Jurídicos ? Reflexos do NCC no CPC.Estudos Jurídicos ? Reflexos do NCC no CPC. 2003. (Outra).

83.

V Encontro de Estudos Jurídicos - Inovações no CP e CPP e do Dir. do Trabalho.V Encontro de Estudos Jurídicos - Inovações no CP e CPP e do Dir. do Trabalho. 2002. (Outra).

84.

Atualização Jurídica.Atualização Jurídica. 2001. (Outra).

85.

:Comunicação Verbal ?Oficina de Oratória?.Comunicação Verbal ?Oficina de Oratória?. 2000. (Oficina).

86.

Atualização Jurídica.Atualização Jurídica. 2000. (Outra).

87.

I Seminário de Direito Ambiental de Araguari.I Seminário de Direito Ambiental de Araguari. 1998. (Seminário).

88.

II Encontro de Estudos Jurídicos.II Encontro de Estudos Jurídicos. 1997. (Encontro).

89.

Comunicações Verbais.Comunicações Verbais. 1996. (Outra).

90.

II Ciclo de Estudos Jurídicos de Araguari.II Ciclo de Estudos Jurídicos de Araguari. 1996. (Outra).



Ronny Charles Lopes de Torres

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6578695921306430>

ID Lattes: **6578695921306430**

Última atualização do currículo em 07/08/2024

Advogado. Parecerista. Consultor Jurídico. Palestrante. Doutor em Direito do Estado (UFPE). Mestre em Direito Econômico (UFPB). Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP). Advogado da União Licenciado. Foi Membro fundador da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União (CNLCA/CGU/AGU). Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego. Atuou como Coordenador geral substituto da E-CJU Aquisições da AGU. Coordenador da pós-graduação em Licitações e contratos, da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador (junto com o Prof. Jacoby Fernandes e o Prof. Murilo Jacoby) da pós-graduação em Licitações e contratos, da Faculdade CERS. Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: Leis de licitações públicas comentadas (15 Edição. Ed. JusPodivm); Licitações públicas: Lei n 8.666/93 (9 Edição. Coleção Leis para concursos públicos: Ed. Jus Podivm); Direito Administrativo (Co-autor. 14 Edição. Ed. Jus Podivm); RDC: Regime Diferenciado de Contratações (Co-autor. 2 Edição. Ed. Jus Podivm); Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle (Ed. Jus Podivm), Licitações e contratos nas empresas estatais (Co-autor. 3 Edição. Ed. Jus Podivm); Improbidade administrativa (Co-autor. 4 Edição. Ed. Jus Podivm); Lei de Improbidade Administrativa Comentada (Co-autor. 2 Edição. Ed. Jus Podivm); Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (Co-autor. 2 edição. Ed. Fórum); Análise Econômica das Licitações e Contratos (Co-autor. Ed. Fórum). Autor da coluna mensal "Direito Política", da Revista Negócios Públicos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Ronny Charles Lopes de Torres 

Nome em citações bibliográficas

TORRES, R. C. L.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/6578695921306430>

Endereço

Endereço Profissional

Advocacia Geral da União, Núcleo de Assessoramento Jurídico de Recife.
Rua do Riachuelo, 105 - 7º andar, Sala 708. Ed. Circulo Católico

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2024

Doutorado em Direito do Estado.
Universidade Federal de Pernambuco,
UFPE, Brasil.
Título: Adoção do e-marketplace por
estatais brasileiras: possibilidade e pontos
de reflexão para uma implementação
eficiente, sob uma perspectiva jurídica e
econômica., Ano de obtenção: 2024.
Orientador:  Marcos Antonio Rios
Nóbrega.

2007 - 2009

Mestrado em Ciências Jurídicas.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB,
Brasil.
Título: Teceiro Setor e termos e parceria:
entre a liberdade de escolha da entidade
parceira e a necessidade de licitação, Ano
de Obtenção: 2009.
Orientador:  Maria Luiza Pereira de
Alencar Mayer Feitosa.
Palavras-chave: OSCIP; Terceiro Setor;
LICITAÇÃO; termo de parceria; Fomento.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /
Especialidade: Direito Administrativo.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.
Setores de atividade: Administração
Pública, Defesa e Seguridade Social.

2006 - 2008

Especialização em Direito tributário e
finanças públicas. (Carga Horária: 360h).
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP,
Brasil.
Título: A RESPONSABILIDADE
TRIBUTÁRIA DO SÓCIO DA SOCIEDADE
LIMITADA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO
NACIONAL E O PROCESSO
ADMINISTRATIVO FISCAL.
Orientador: Aldo de Paula Júnior.

2002 - 2002

Especialização em Especialização em
Ciências Jurídicas. (Carga Horária: 360h).
Universidade Potiguar, UnP, Brasil.
Título: Limitação das taxas de juros no
Brasil.

2004 - 2005

Aperfeiçoamento em Atualização Jurídica.
(Carga Horária: 360h).
Instituto Luiz Flávio Gomes, LFG, Brasil.

Título: Curso de atualização jurídica. Ano de finalização: 2005.

2003 - 2004

Aperfeiçoamento em Curso de atualização jurídica. (Carga Horária: 320h).
INSTITUTO PROCESSUS DE CULTURA JURÍDICA, INST. PROCESSUS, Brasil.
Título: Curso de atualização jurídica. Ano de finalização: 2004.

1995 - 1999

Graduação em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Formação Complementar

2016 - 2016

International Courts and Constitutions: history, rules and comparative law. (Carga horária: 60h).
Università degli Studi di Roma Tor Vergata, UNIROMA, Itália.

2004 - 2004

ATUALIZAÇÃO JURÍDICA. (Carga horária: 360h).
INSTITUTO DE ENSINO JURÍDICO PROFESSOR LUIZ FLÁVIO GOMES, IELF-JOÃO PESSOA, Brasil.

2003 - 2003

Atualização Jurídica. (Carga horária: 320h).
INSTITUTO PROCESSUS DE CULTURA JURÍDICA, INST. PROCESSUS, Brasil.

Atuação Profissional

Advocacia Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: estatutário, Enquadramento Funcional: Advogado da União, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Ministério dos Transportes - DF, MT, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Advogado da União, Regime:
Dedicação exclusiva.

Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Consultor Jurídico Adjunto,
Regime: Dedicação exclusiva.

Ministério da Previdência e Assistência Social, MPAS, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Coordenador Geral de Direito
Administrativo, Carga horária: 44,
Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

**06/2006 -
03/2007**

Conselhos, Comissões e Consultoria,
CONSULTORIA JURÍDICA.

Cargo ou função
COORDENADOR GERAL DE DIREITO
ADMINISTRATIVO.

Faculdade Integrada do Recife, FIR, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professor Universitário, Carga
horária: 12

Centro universitário Maurício de Nassau - Recife, UNINASSAU, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor universitário, Carga
horária: 6

Câmara dos Deputados, CÂMARA FEDERAL, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: CARGO EM COMISSÃO,
Enquadramento Funcional: Assessor
Parlamentar

CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO DE SÃO FÉLIX, CMSSF/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE
SERVIÇO, Enquadramento Funcional:
Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA, PMI/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE
SERVIÇO, Enquadramento Funcional:
Consultor Jurídico

Vínculo institucional

2001 - 2001

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE
SERVIÇO, Enquadramento Funcional:
Consultor Jurídico

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE
SERVIÇO, Enquadramento Funcional:
Assessor Jurídico

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE
SERVIÇO, Enquadramento Funcional:
Consultor Jurídico

Projetos de pesquisa

2009 - Atual

PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: mudança paradigmática e a
proposta de um novo modelo

Descrição: O objetivo geral da pesquisa
proposta é a análise crítica do modelo de
processo administrativo disciplinar
vivenciado na Administração Pública
Federal, conforme preceitos da Lei federal
nº 8.112/90..

Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Ronny Charles Lopes de
Torres - Coordenador.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve
Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Bem, Escreve
Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

TORRES, R. C. L.; NOBRE JUNIOR, E. P. . A Nova Lei de Licitações e o Controle das Contratações Públicas. REVISTA DA AGU, v. 20, p. 19-48, 2021.

2.

TORRES, R. C. L.. Análise de um aparente paradoxo entre transparência e corrupção: orçamento sigiloso como instrumento de eficiência econômica e combate aos cartéis. ATAS DO II CURSO SOBRE O COMBATE À CORRUPÇÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, v. I, p. 317-339, 2020.

3.

TORRES, R. C. L.. As licitações públicas na nova Lei das Estatais (Lei federal nº 13.303/2016). Jus Navigandi, v. 1, p. 4974, 2016.

4.

TORRES, R. C. L.. A Administração e suas contratações com concessionárias de serviço público. Jus Navigandi, v. 1, p. 4974, 2016.

5.

TORRES, R. C. L.. A vigência das regras de licitação da nova Lei das estatais. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2016. **Citações:**

6.

TORRES, R. C. L. Divisão da licitação: item, lote ou grupo?. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2016. **Citações:** SCOPUS 1

7.

TORRES, R. C. L. Contratações diretas e competência legislativa. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2016. **Citações:** SCOPUS 1

8.

TORRES, R. C. L. Do caráter não obrigatório da análise, pelo órgão jurídico federal, na adesão à ata de registro de preços. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2015. **Citações:** SCOPUS 1

9.

TORRES, R. C. L. O princípio da obrigatoriedade de licitar em suas perspectivas burocrática e democrática. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2015. **Citações:** SCOPUS 1

10.

TORRES, R. C. L. Uso da prerrogativa de saneamento pelo pregoeiro. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2014. **Citações:** SCOPUS 1

11.

TORRES, R. C. L. Considerações sobre a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2012. **Citações:** SCOPUS 1

12.

TORRES, R. C. L. Locação de imóvel por dispensa de licitação e o chamamento público.. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2012. **Citações:** SCOPUS 1

13.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade do advogado de Estado em sua função consultiva. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2012. **Citações:** SCOPUS 1

14.

TORRES, R. C. L. Considerações sobre a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 1, 2012.

15.

TORRES, R. C. L. Efeitos da sanção administrativa suspensão de licitar prevista pela lei nº 8.666/93. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 1, 2011.

16.

TORRES, R. C. L. Efeitos da sanção administrativa suspensão de licitar prevista pela lei nº 8.666/93. Jus Navigandi, v. 15, p. 2668, 2010.

17.

TORRES, R. C. L.; OLIVEIRA, A. R. S. . A otimização do procedimento de análise das minutas de editais e contratos. Projeto "Edital Eficiente". Jus Navigandi, v. 15, p. 2715, 2010.

18.

TORRES, R. C. L. Efeitos da sanção administrativa suspensão de licitar prevista pela lei nº 8.666/93. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2010. **Citações:** **SCOPUS** ¹

19.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade do parecerista na análise das minutas de editais e contratos.. BLC (São Paulo), v. XXII, p. 7-20, 2009.

20.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade do parecerista em licitações: Elementos de questionamento e o posicionamento do STF. Governet. Boletim de Transferências Voluntárias (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-588X Governet. Boletim de Convênios e Parcerias), v. 41, p. 76, 2009.

21.

TORRES, R. C. L. Sanções administrativas e a modalidade licitatória pregão. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 50, p. 549-557, 2009.

22.

TORRES, R. C. L. Reflexões sobre a aplicação de sanções administrativas nas licitações públicas. BLC (São Paulo), v. set/09, p. 856-865, 2009.

23.

TORRES, R. C. L. O impacto da globalização sobre o conceito de constituição econômica (Economia Globalizada). Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 64384, p. 64384,1, 2008.

24.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade do parecerista pelo TCU e o posicionamento do STF.. Justributário (Fortaleza), v. 1, p. 01002008, 2008.

25.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade do parecerista na análise das minutas de editais e contratos.. Revista da AGU, v. VII, p. 227-255, 2008.

26.

TORRES, R. C. L. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigmas nas contratações de execução continuada. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 4, p. 231-240, 2008.

27.

TORRES, R. C. L. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigma nas contratações de execução continuada. BLC (São Paulo), v. 14, p. 572-581, 2008.

28.

★ **TORRES, R. C. L.** LICITAÇÃO COM RECURSOS ORIUNDOS DE ORGANISMO INTERNACIONAL - ANÁLISE DO §5º DO ARTIGO 42 DA LEI 8.666/93. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 66, p. 32-37, 2007.

29.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade solidária do advogado parecerista na licitação e a posição do STF. Jus Navigandi (Teresina), v. 1605, p. 1, 2007.

30.

★ **TORRES, R. C. L.**. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigma nas contratações de execução continuada. Jus Navigandi, v. 1630, p. 10761, 2007.

31.

TORRES, R. C. L.. O estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte e as licitações públicas. Revista da AGU, v. VII, p. 62, 2007.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

TORRES, R. C. L.; BALTAR NETO, F. F. . DIREITO ADMINISTRATIVO. 14^a. ed. Salvador-BA: Juspodivm, 2024. 672p .

2.

TORRES, R. C. L.. LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS. 15. ed. Salvador: Juspodivm, 2024. v. único. 1072p .

3.

TORRES, R. C. L.; HOLANDA JR., A. J. . LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA. 2^a. ed. Salvador/BA: Jus Podivm, 2024. 768p .

4.

TORRES, R. C. L.; BARCELOS, D. . LICITAÇÕES E CONTRATOS NAS EMPRESAS ESTATAIS. 3^a. ed. Salvador/BA: Jus Podivm, 2023. 640p .

5.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. ; CAMELO, Bradson . ANÁLISE ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1. ed. Belo Horizonte - MG: FORUM LTDA., 2022. 240p .

6.

TORRES, R. C. L.. SINOPSES PARA CONCURSOS - V.9 - DIREITO ADMINISTRATIVO. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. v. único. 704p .

7.

TORRES, R. C. L.; FERNANDES, J. U. J. ; FERNANDES, M. J. ; TEIXEIRA, P. R. ; RIOS, V. S. C. . DIREITO PROVISÓRIO E A EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS 2ª ed. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. único. 395p .

8.

TORRES, R. C. L.; CARVALHO, M. (Org.) ; BELÉM, Bruno (Org.) . TEMAS CONTROVERSOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1. ed. Salvador/BA: JUSPODIVM, 2021. 352p .

9.

TORRES, R. C. L.; MARRY, M. . RDC: Regime Diferenciado de Contratações. 2ª. ed. , 2020. 304p .

10.

TORRES, R. C. L.; BALTAR NETO, F. F. ; CUNHA JUNIOR, D. ; ROCHA, R. . COLEÇÃO OAB 1ª Fase - V.1 - Constitucional, Administrativo e Tributário. 4ª. ed. Salvador-BA: Juspodivm, 2019. 784p .

11.

TORRES, R. C. L.. LEIS ESPECIAIS PARA CONCURSOS ? V.11 - LICITAÇÕES PÚBLICAS. 9ª. ed. , 2018. v. 11.

12.

TORRES, R. C. L.; HOLANDA JR., ? J. . IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 4ª. ed. Salvador/BA: Jus Podivm, 2018. 704p .

13.

TORRES, R. C. L.. LICITAÇÕES PÚBLICAS: Homenagem ao Jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2017. v. 1. 668p .

14.

Capítulos de livros publicados

1.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. . Lei nº 14.133/2021, Credenciamento e E-Marketplace: O Turning point da inovação nas compras públicas. In: Walber de Moura Agra; Marcos Nóbrega. (Org.). Deambulações sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 1ªed.: , 2023, v. , p. 44-90.

2.

TORRES, R. C. L.; CAMELO, Bradson ; NOBREGA, M. . CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ATRAVÉS DE E-MARKETPLACE. In: Virgínia Bracarense Lopes; Felipe Vilça Loureiro Santos.. (Org.). COMPRAS PÚBLICAS CENTRALIZADAS NO BRASIL: TEORIA, PRÁTICA E PERSPECTIVAS. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 391-.

3.

TORRES, R. C. L. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS. In: Cristiana Fortini. (Org.). REGISTRO DE PREÇOS Análise crítica do Decreto Federal nº 7.892/13, com as alterações posteriores. 3ed.Belo Horizonte: FORUM, 2020, v. 1, p. 143-165.

4.

TORRES, R. C. L. Dispensa de Licitação para fins de Registro de Preços. In: Cristiana Fortini. (Org.). REGISTRO DE PREÇOS - Análise crítica do Decreto Federal nº 7.892/13, com as alterações posteriores. 3ªed.: , 2020, v. , p. 143-165.

5.

TORRES, R. C. L. Análise de um aparente paradoxo entre transparência e corrupção: orçamento sigiloso como instrumento de eficiência e combate aos cartéis. In: FRANCISCO PEREIRA COUTINHO; RUTH SANTOS; MATHEUS SILVA. (Org.). ATAS DO II CURSO SOBRE O COMBATE A CORRUPÇÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 2ªed.: , 2020, v. , p. 317-339.

6.

TORRES, R. C. L. O princípio da subsidiariedade e a atividade administrativa de fomento. In: Elida Séguin; Guilherme José Purvin de Figueiredo; Odete Medauar. (Org.). Revista de Direito e Política. São Paulo: Letras Jurídicas/IBAP, 2010, v. 18, p. -.

7.

TORRES, R. C. L.; Aldemario Araujo Castro ; Diogo de Figueiredo Moreira Neto ; Jefferson Carús Guedes ; Luciane Moessa de Souza ; José Antonio Dias Toffoli ; Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior . A responsabilidade do Advogado de Estado em sua função consultiva. In: Jefferson Carús Guedes; Luciane Moessa de Souza. (Org.). Advocacia de Estado: questões institucionais para a construção de um Estado de Justiça.. Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. -.

Apresentações de Trabalho

1.

TORRES, R. C. L.. Aplicação de sanções: Licitação na modalidade pregão.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

TORRES, R. C. L.. A Importância dos NAJ?S no Assessoramento Jurídico das Forças Armadas.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

TORRES, R. C. L.. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

TORRES, R. C. L.. Responsabilidade civil e administrativa dos advogados públicos.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

TORRES, R. C. L.. A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PARECERISTA. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

TORRES, R. C. L.. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

TORRES, R. C. L. A MODALIDADE PREGÃO E AS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

TORRES, R. C. L.; CAMELO, Bradson ; NOBREGA, M. . Contratação Pública e a necessidade de conhecer o Mercado: O Estudo Técnico Preliminar (Etp) E O Termo De Referência/Edital 2024 (Artigo).

2.

TORRES, R. C. L.; DANTAS, M. E. A. . Apontamentos sobre a garantia de proposta na Lei nº 14.133/2021 2024 (Artigo).

3.

TORRES, R. C. L. Uma solução consequentialista para a adesão, em 2024, das atas de registros de preços baseadas nas leis nº 8.666/93 2024 (Artigo).

4.

TORRES, R. C. L. A UTILIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS BASEADAS NAS LEIS N ° 8.666/93, 10.520/2002 E RDC, APOS SUAS REVOGAÇÕES 2024 (Artigo).

5.

TORRES, R. C. L. Dispensa Emergencial e o Dever de Eficiência 2024 (Artigo).

6.

TORRES, R. C. L.; BOAVENTURA, C. I. C. . CONTAGEM REGRESSIVA: A Nova Lei de Licitações e o Sistema de Registro de Preços após a revogação das Leis n ° 8.666/93 e 10.520/2002 2023 (Artigo).

7.

TORRES, R. C. L. ORÇAMENTO SIGILOSO, MOMENTO DE DIVULGAÇÃO E A REGRA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 2023 (Artigo).

8.

TORRES, R. C. L. Hipóteses de não submissão ao Regime Licitatório e Contratual da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 2023 (Artigo).

9.

TORRES, R. C. L. Hipóteses de não submissão ao Regime Licitatório e Contratual da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 2023 (Artigo).

10.

TORRES, R. C. L. Da (não) obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar 2023 (Artigo).

11.

TORRES, R. C. L.; SOUSA, A. E. . Contratos Públicos e o Reequilíbrio Econômico em virtude de Custos decorrentes de Improdutividade e Ociosidade 2023 (Artigo).

12.

TORRES, R. C. L. Art. 191 da NLLCA e o significado de optar por licitar 2022 (Artigo).

13.

TORRES, R. C. L. Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na Contratação Pública 2022 (Artigo).

14.

TORRES, R. C. L. A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO DE ESTADO EM SUA FUNÇÃO CONSULTIVA 2022 (Artigo).

15.

TORRES, R. C. L.; STROPPIA, C. . LICITAÇÕES PÚBLICAS E O PAGAMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO ? Medida Provisória 1108 2022 (Artigo).

16.

TORRES, R. C. L.; NOBRE JUNIOR, E. P. . A Nova Lei de Licitações e o Controle das Contratações Públicas 2022 (Artigo).

17.

TORRES, R. C. L.; CAMELO, Bradson ; NOBREGA, M. . Sistema de Registro de Preços e a Volatilidade de Determinados Mercados: uma provocação sobre novas soluções 2022 (Artigo).

18.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. ; ASSUNCAO, I. . Nova Lei de Licitações e Remuneração Variável: Uma Abordagem à Luz do Nexo Econômico-Jurídico 2021 (Artigo).

19.

TORRES, R. C. L.; PEDRA, A. S. . A Assessoria Jurídica na Nova Lei de Licitações e Contratos 2021 (Artigo).

20.

TORRES, R. C. L.; BONATTO, H. . Concorrência e Pregão da Lei nº 14.133/2021: uma questão de homonímia 2021 (Artigo).

21.

TORRES, R. C. L. Convocação de Licitante Remanescente na Nova Lei de Licitações e uma Proposta de Modelo para Negociação 2021 (Artigo).

22.

TORRES, R. C. L.; PEDRA, A. S. . A Assessoria Jurídica na Nova Lei de Licitações e Contratos 2021 (Artigo).

23.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. . Licitações públicas e e-marketplace: um sonho não tão distante 2020 (Artigo).

24.

TORRES, R. C. L.; PERCIO, G. ; OLIVEIRA, R. S. L. . A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÕES NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS 2020 (Artigo).

25.

TORRES, R. C. L.; OLIVEIRA, R. S. L. ; PEDRA, A. S. . A MÍSTICA DA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO ANTECIPADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 2020 (Artigo).

26.

TORRES, R. C. L.; PEDRA, A. S. . Contratos administrativos e as Câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos em tempos de COVID-19 2020 (Artigo).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

TORRES, R. C. L. Webinar - Contratações públicas e as ações de enfrentamento ao COVID-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎤

2.

TORRES, R. C. L.; BAIA, M. . Webinar- Pesquisa de Preços em tempos de Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎤

3.

TORRES, R. C. L.; MARINELA, F. ; ALMEIDA, L. ; FERNANDES, M. Q. M. J. ; CAMARAO, T. . Webinar - Compras públicas para enfrentamento da Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎤

4.

TORRES, R. C. L. Webinar - Responsabilidade do parecerista jurídico nas licitações. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

5.

TORRES, R. C. L.; PIRES, M. F. ; CASTRO, S. P. P. ; CABRAL, F. G. ; ESTEVES, J. C. S. . Webinar - Requisições Administrativas durante a pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.

TORRES, R. C. L.; NOHARA, I. ; CALDEIRA, M. ; SERRAO, T. ; OLIVEIRA, R. S. L. . Webinar - II Encontro Brasil e Portugal - Direito Administrativo de Emergência. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

7.

TORRES, R. C. L.; RAMOS, E. . Webinar - Pontos polêmicos na aplicação do novo pregão eletrônico. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

Demais tipos de produção técnica

1.

TORRES, R. C. L.. Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos. 2009. .

2.

TORRES, R. C. L.. Licitações e contratos: noções básicas. 2009. .

3.

TORRES, R. C. L.. Sistema de Registro de Preços: Temas polêmicos. 2009. (Palestra).

4.

TORRES, R. C. L.. Aplicação de sanções ? Licitação na modalidade pregão. 2009. (Palestra).

5.

TORRES, R. C. L.. Noções de Direito Administrativo. 2008. .

6.

TORRES, R. C. L.. A Importância dos NAJ?S no Assessoramento Jurídico das Forças Armadas.. 2008.

(palestra).

7.

TORRES, R. C. L. Responsabilidade civil e administrativa dos advogados públicos. 2008. (Palestra (debatedor)).

8.

TORRES, R. C. L. A responsabilidade do advogado parecerista. 2008. (Palestra).

9.

TORRES, R. C. L. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Palestra).

10.

TORRES, R. C. L. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (palestra).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Art. 48, LC 123/06: como licitar objetos de natureza divisível?. 2016. (Congresso).

2.

Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Saneamento de falhas e realização de diligência: situações concretas e decisões do TCU. 2016. (Congresso).

3.

Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Processo administrativo sancionador. 2016. (Congresso).

4.

Encontro de estudos estratégicos com Tribunais de Contas.Governança em sanções administrativas. 2016. (Encontro).

5.

Governança em sanções administrativas. Governança em sanções administrativas. 2016. (Congresso).

6.

10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Revogação e anulação no Pregão. 2015. (Congresso).

7.

10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Sistema de Registro de Preços. 2015. (Congresso).

8.

10º CONINTER. Conflitos jurídicos na aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados pelo Poder Público. 2015. (Congresso).

9.

3º Congresso Brasileiro de Concurso Público. Infrações administrativas, atos de improbidade e crimes ligados ao concurso público. 2015. (Congresso).

10.

Contratos Week. Principais equívocos promovidos pelos aditamentos e pela promoção do Reequilíbrio-Econômico-Financeiro nos Contratos. 2015. (Congresso).

11.

Contratos Week. Gestão e Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços Continuados sob a ótica do TCU. 2015. (Congresso).

12.

Curso - Governança em sanções administrativas.Governança em sanções administrativas. 2015. (Seminário).

13.

Curso - Governança na Aplicação de Sanções Administrativas nas Contratações Públicas. Governança na Aplicação de Sanções Administrativas nas Contratações Públicas. 2015. (Outra).

14.

Curso - Regime Diferenciado de Contratações. Regime Diferenciado de Contratações. 2015. (Seminário).

15.

Curso - Temas polêmicos em licitações públicas. Temas polêmicos em licitações públicas. 2015. (Seminário).

16.

O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019/14. O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. 2015. (Seminário).

17.

Pregão para a Contratação de Objetos Específicos. GVP Parcerias Governamentais. Limitações à participação na licitação relacionadas ao grau de parentesco. 2015. (Seminário).

18.

Pregão Week. Formalização de contratos derivados de Ata de Registro de Preços. 2015. (Congresso).

19.

Pregão Week. Divisão do objeto em sede de Pregão - como, quando e por que fazê-la?. 2015. (Congresso).

20.

Pregão Week. Principais alterações da LC 147-2014, nas licitações públicas. 2015. (Congresso).

21.

Pregão Week. O papel do gestor e do fiscal do contrato, nas contratações processadas por meio de Pregão. 2015.

(Congresso).

22.

Rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas. Rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas. 2015. (Seminário).

23.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas. As vantagens do Cadastro Reserva (legislação Federal x outras esferas) ? A Intenção de Registro de Preços (IRP) e a Ata de Registro de Preços. 2014. (Encontro).

24.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas. As principais alterações trazidas pelos Decretos 7.892/13 e 8.250/14 ? A setorização conveniente do SRP. 2014. (Encontro).

25.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas. Adesão a Atas de Registro de Preços ? Aplicação de penalidades no âmbito do Sistema de Registro de Preços. 2014. (Encontro).

26.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas. Tabelas de Preços Referenciais no SRP. ? Quantitativos no Sistema de Registro de Preços à luz da Instrução Normativa 06/14. 2014. (Encontro).

27.

2º Seminário GVP sobre Gestão de Riscos na Contratação Pública. Controle Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2014. (Seminário).

28.

2º Seminário GVP sobre Gestão de Riscos na Contratação Pública. Condutas repressivas de atos ilícitos e pontos de fragilidade do processo licitatório. 2014. (Seminário).

29.

30.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Os 10 maiores problemas apontados pelo TCU. 2014. (Congresso).

31.

Congresso Brasileiro de Gestão de Compras e Contratos nas Instituições Públicas de Ensino. RDC - Regime Diferenciado de Contratação. 2014. (Congresso).

32.

Congresso Brasileiro de Gestão de Compras e Contratos nas Instituições Públicas de Ensino. Contratação Direta. 2014. (Congresso).

33.

Contratos Week. Capacitação de gestores de contratos administrativos. 2014. (Congresso).

34.

Contratos Week. O Contrato Administrativo como mecanismo de distribuição de riscos entre as partes. 2014. (Congresso).

35.

Curso In company para o TJ-ES.Sanções administrativas. 2014. (Seminário).

36.

Evento - EAGU.Sanções administrativa nas licitações. 2014. (Seminário).

37.

Evento - EAGU.Regime Diferenciado de Contratações. 2014. (Seminário).

38.

39.

Palestra para Secretaria Estados de Maceió.Revisão Econômica do Contrato Administrativo. 2014. (Seminário).

40.

Pregão Week. Aspectos práticos sobre o processamento de recursos no pregão. 2014. (Congresso).

41.

Pregão Week. Processo sancionatório e pregão. 2014. (Congresso).

42.

Treinamento: Questões Polêmicas em Licitações e Contratos.Questões Polêmicas em Licitações e Contratos sob a Visão do TCU. 2014. (Outra).

43.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos.Responsabilidade do Gestor e Fiscal perante os contratos de terceirização e análise da Súmula 331 do TST. 2013. (Seminário).

44.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Contratos: Cláusulas necessárias, possíveis e proibidas. Análise objetiva do art. 55 da Lei 8.666/93. 2013. (Seminário).

45.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Atribuições/Competências/Escolha do Gestor e Fiscal dos Contratos.. 2013. (Seminário).

46.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Tribunais de Contas e sua atuação preventiva na fiscalização dos Contratos Administrativos. 2013. (Seminário).

47.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Atualização financeira e compensações financeiras por eventual atraso no pagamento. Definição dos critérios.. 2013. (Seminário).

48.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Talk show: temas polêmicos sobre licitações. 2013. (Congresso).

49.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Recursos administrativos. 2013. (Congresso).

50.

Curso de capacitação - TCE-PB.SRP: estudos avançados, de acordo com o novo regulamento federal. 2013. (Seminário).

51.

Curso de capacitação - TRT SE.SRP: estudos avançados, de acordo com o novo regulamento federal. 2013. (Seminário).

52.

Curso - Fundação da UFBA.SRP: estudos avançados, de acordo com o novo regulamento federal. 2013. (Seminário).

53.

Evento - empresa Negócios Públicos.Sanções administrativas. 2013. (Encontro).

54.

Palestra - RDC.RDC ? Regime Diferenciado de Contratações. 2013. (Seminário).

55.

SRP week. Penalidades no Sistema de Registro de Preços. 2013. (Congresso).

56.

SRP Week. Limitações ao carona à luz do novo Decreto nº 7.892/2013. 2013. (Congresso).

57.

7º Congresso brasileiro de pregoeiros. Recursos Administrativos. 2012. (Congresso).

58.

Curso de capacitação - TCE PB.RDC ? Regime Diferenciado de Contratações. 2012. (Seminário).

59.

Evento - Empresa Negócios Públicos.Sanções administrativas. 2012. (Encontro).

60.

Evento - Procuradoria Regional Federal de Pernambuco. Responsabilidade do parecerista. 2012. (Exposição).

61.

Pregão Week. CNDT e Licitações para ME/EPP. 2012. (Congresso).

62.

SRP week. Fraudes e conluios no Sistema de Registro de Preços. 2012. (Congresso).

63.

SRP week. Penalidades no Sistema de Registro de Preços. 2012. (Congresso).

64.

V Seminário de licitações e Contratos.Sanções administrativas. 2012. (Seminário).

65.

1º Seminário sergipano de licitações e contratações públicas ? NECAP.Registro de Preços. 2011. (Seminário).

66.

Curso de Capacitação.Serviços terceirizados e responsabilidade da Administração Pública. 2011. (Outra).

67.

Curso de Capacitação - Ministrado através do Grupo Centrum.Curso Licitações e contratos, sobre o enfoque público e o privado. 2011. (Outra).

68.

Curso de Capacitação - Ministrado através do Grupo Centrum Capacitação e Eventos.Curso de capacitação e formação de pregoeiros: teoria e prática. 2011. (Outra).

69.

Pregão Week. RDC ? Regime Diferenciado de Contratações. 2011. (Congresso).

70.

Workshop - Escola da AGU.Edital Eficiente. 2011. (Outra).

71.

Curso de Capacitação - Ministrado através da ESAGU..Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos, com ênfase na IN 02/2008. 2010. (Outra).

72.

Curso de Capacitação - Ministrado através do Grupo Centrum Capacitação e Eventos.Curso sobre licitações públicas e contratos administrativos: sob o enfoque público e o privado. 2010. (Outra).

73.

Curso de Capacitação - Superação Cursos.Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos. 2010. (Outra).

74.

Curso de Capacitação - Ministrado através da ESA/OAB de Pernambuco..Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos. 2009. (Outra).

75.

Curso de Capacitação - Ministrado para a equipe da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba.Licitações e contratos: noções básicas. 2009. (Outra).

76.

Curso de capacitação Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba.Licitações e contratos: noções básicas. 2009. (Outra).

77.

Encontro Nacional da ANAUNI para o Consultivo.Sistema de Registro de Preços: Temas polêmicos. 2009. (Encontro).

78.

Encontro Nacional da ANAUNI para o Consultivo.Sistema de Registro de Preços: Temas polêmicos. 2009. (Encontro).

79.

V Simpósio Regional sobre licitações, contratos e controle dos atos administrativos.Aplicação de sanções ? Licitação na modalidade pregão. 2009. (Simpósio).

80.

Curso de Noções de Direito Administrativo.Noções de Direito Administrativo. 2008. (Outra).

81.

I CONGRESSO PARAIBANO DE DIREITO ECONÔMICO. 2008. (Congresso).

82.

III Jornada Jurídica da Escola de Aprendizes marinheiros de Pernambuco.públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Encontro).

83.

II Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal.Responsabilidade civil e administrativa dos advogados públicos. 2008. (Seminário).

84.

I Seminário AGU/Forças Armadas ? Discussão de temas jurídicos militares ? balanço e soluções.A Importância dos NAJ? S no Assessoramento Jurídico das Forças Armadas. 2008. (Seminário).

85.

Seminário de Intendência da Guarnição de Aeronáutica de Recife.Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Seminário).

86.

Seminário Regional sobre a ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL da 5ª Região.A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PARECERISTA. 2008. (Seminário).

87.

VII CONGRESSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO EM QUESTÃO. 2008. (Congresso).

88.

PALESTRA MUNICIPAL SOBRE O ORDENAMENTO JURÍDICO MUNICIPAL.A MODALIDADE PREGÃO E AS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS. 2007. (Outra).

89.

90.

II SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PREGOEIROS. 2006. (Seminário).

91.

SEMINÁRIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2006. (Seminário).

92.

SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO. 2003. (Seminário).

93.

PROGRAMA NACIONAL DE TREINAMENTO - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2002. (Outra).

94.

CURSO SOBRE REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 2001. (Seminário).

95.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. 1998. (Seminário).

Educação e Popularização de C & T

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

TORRES, R. C. L.. Webinar - Contratações públicas e as ações de enfrentamento ao COVID-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

2.

TORRES, R. C. L.; BAIA, M. . Webinar- Pesquisa de Preços em tempos de Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).


3.

TORRES, R. C. L.; MARINELA, F. ; ALMEIDA, L. ; FERNANDES, M. Q. M. J. ; CAMARAO, T. . Webinar - Compras públicas para enfrentamento da Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 

4.

TORRES, R. C. L. Webinar - Responsabilidade do parecerista jurídico nas licitações. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

5.

TORRES, R. C. L.; PIRES, M. F. ; CASTRO, S. P. P. ; CABRAL, F. G. ; ESTEVES, J. C. S. . Webinar - Requisições Administrativas durante a pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.

TORRES, R. C. L.; NOHARA, I. ; CALDEIRA, M. ; SERRAO, T. ; OLIVEIRA, R. S. L. . Webinar - II Encontro Brasil e Portugal - Direito Administrativo de Emergência. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

7.

TORRES, R. C. L.; RAMOS, E. . Webinar - Pontos polêmicos na aplicação do novo pregão eletrônico. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

Anexo II - Anexo II ETP.pdf

Folder do Curso

108

O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas

Licitações, Contratos e Convênios

APRESENTAÇÃO

Aprofunde-se nas nuances do planejamento de contratações públicas com nosso curso. Ele aborda a nova Instrução Normativa 65 de 2021 e a Lei 14.133/2021, essenciais para efetivar compras e contratações governamentais eficientes e conformes à legislação.

OBJETIVO

Capacitar servidores públicos em todas as etapas do processo de contratação pública, desde o planejamento até a pesquisa de mercado e estimativas de preço, conforme as mais recentes diretrizes legais. O curso visa garantir compras governamentais mais eficientes e alinhadas à legislação vigente.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Envolve conhecimentos básicos em licitações e contratos públicos.

PÚBLICO ALVO

Destinado a servidores nas áreas de compras, membros de comissões de licitação, pregoeiros, planejadores de compras, gestores e fiscais de contratos, assessores jurídicos e procuradores. Profissionais envolvidos nos processos de licitação e contratos da Administração Pública, bem como outros interessados no assunto.

NOVAS COMPETÊNCIAS

O curso proporciona conhecimento avançado sobre planejamento de contratações, pesquisa de mercado e análise de preços em compras públicas.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exposição Dialogada**
Aulas dinâmicas e interativas, promovendo diálogos enriquecedores para um entendimento profundo dos temas.
- Troca de Experiências**
Incentivamos ativamente a partilha de conhecimentos e experiências, enriquecendo o aprendizado coletivo.

Normativos, Doutrina e Jurisprudência
Apresentamos e discutimos normativos, doutrinas e jurisprudências relevantes, estabelecendo uma base sólida de conhecimento.

Estudos de Caso
Utilizamos estudos de caso reais para ilustrar a aplicação prática das teorias, aprimorando a capacidade analítica dos alunos.

Exercícios Práticos
Realizamos exercícios práticos para consolidar o aprendizado, permitindo a aplicação direta do conhecimento em situações simuladas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1. O planejamento da contratação como novo paradigma na Administração Pública**
 - A importância do planejamento da contratação;
 - Planejamento como dever político e jurídico;
 - Planejamento da Contratação x Planejamento da Contratação;
 - Planejamento Estratégico Institucional: Setores requisitantes? Contratos a serem firmados? SRP ou adesões? Limites Orçamentários?
 - O rito de planejamento da Contratação nos termos da IN 05/2017: (ETP, GR, TR/PB);
 - Possibilidade de supressão de etapas;
 - Providências iniciais;
 - Documento de formalização da demanda;
 - Indicação e nomeação da equipe de planejamento;
 - Atribuições da equipe de planejamento;
 - Obrigatoriedade da realização de estudos preliminares;
 - Conteúdo mínimo dos relatórios que materializam os estudos técnicos preliminares;
 - Início dos estudos preliminares: identificação da necessidade e levantamento de mercado;
 - Identificação da necessidade; pesquisa de mercado para identificação da melhor solução existente;
 - Definição do objeto como solução apta a prover a necessidade da Administração;
 - Dimensionamento da demanda; estimativa da quantidade de serviços a contratar e do custo correspondente (a obrigatoriedade do orçamento estimado nas contratações);
 - Análise e gerenciamento de riscos da contratação;
 - O que é análise de riscos e qual a sua finalidade nas contratações públicas?
 - Atividades a serem desenvolvidas na análise de riscos;
 - Mapa de riscos;
 - Atualização do mapa de riscos;
 - A obrigatoriedade de elaboração do Termo de Referência;
 - Quem deve elaborar e aprovar o termo de referência? Quando? Como a legislação de regência e a IN 05/2017 disciplinam a matéria;
 - A segregação de funções nas Licitações e Contratos Administrativos;
 - Plano Anual de Contratações- PAC e o Sistema de Planejamento e gerenciamento das contratações PGC – IN 01/201.
- 2. Principais falhas na elaboração da Pesquisa de preços à luz do entendimento do TCU**
 - Quais as finalidades da pesquisa de preços?
 - Definições Orçamentárias e Financeiras;
 - Quando e como fixar e divulgar valor estimado e preço máximo?
 - A Nova lei de Licitações – Lei 14.133/2021 x pesquisa de preços;
 - SRP x pesquisa de preços;
 - Pesquisa de preços X participação de ME, EPP;
 - Justificativas de Preço, Estimativas de Preço e Pesquisas de mercado;
 - Instrução Normativa 65/2021 Min. Economia – parâmetros para pesquisa de preços no contexto da NLLC;
 - Fontes admissíveis e preferenciais para pesquisa de preços;
 - Fontes idôneas para a pesquisa de preços. Qual o mínimo de fontes?
 - Meios de pesquisa e documentação;
 - Limites e parâmetros para utilizar preços de outros contratos, inclusive próprio, para embasar novas licitações;
 - Pesquisa in loco, correspondência eletrônica, internet e por telefone: é possível?
 - Quais as principais falhas na elaboração da pesquisa de preços segundo a jurisprudência do TCU?
 - Posicionamento atual do TCU sobre a pesquisa de preço;
 - É necessária a pesquisa de preços para os serviços continuados?
 - Publicidade x pesquisa de preços;
 - Há necessidade de pesquisa de preços nos casos de contratações diretas?

TURMA

O Planejamento da Contratação, Pesquisa de Mercado e Estimativas de Preços nas Compras Públicas

Licitações, Contratos e Convênios

 **Lúcio Antônio Frezza Costa**

 Online ao Vivo

 Presencial

 16h

 03/10 A 04/10/24

 08:00hr ÀS 17:00hr

 Brasília-DF

Presencial

RS **2.320**

PAGAR AGORA

Online ao Vivo

RS **1.490**

PAGAR AGORA

INSTRUTOR



Lúcio Antônio Frezza Costa
ver perfil

PRÉ-REQUISITOS TÉCNICOS

 Desktop, Notebook, Tablet, Smartphone	Dispositivo
 Dual Core com 2 GHz (i3/i5/i7 ou equivalente da AMD)	Processador
 4GB	Mem. RAM
 Windows 7, 8, 9, 10 e 11 / macOS X 10.10 / iOS / Android / BlackBerry	Plataforma
 Edge 12 / Firefox 27 / Chrome 30 / Safari 7	Navegador
 Zoom Meeting	Software
 Webcam comum ou em HD integrada ou conectada via USB	Câmera
 Alto-falantes e microfone integrados, conectados via USB ou Bluetooth sem fio	Áudio e Mic.
 3Mbps - Banda larga com ou sem fio (3G, 4G/LTE e Wi-Fi)	Internet

CERTIDÕES E ATESTADOS

Aguardando Atualização

MMP CURSOS

-  MMP CURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTO LTDA
-  SRTVS Setor de Rádio e TV Sul Quadra 701 CJ E, Bloco 01, Sala 212, Parte A1 - Asa Sul – Brasília/DF, CEP 70340-901
-  CNPJ: 14.087.594/0001-24

CONTATO

-  +55 (61) 9 9445-4563
-  contato@mmpcursos.com.br

DADOS DE PAGAMENTO

-  Itaú (341) Agência: 8090 / Conta-Corrente: 25.570-7
-  Banco do Brasil (001) Agência: 3476-2 / Conta-Corrente: 212.851-9
-  Pague e parcele com cartão de crédito no site. Aceitamos as principais bandeiras.

CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

Para garantir sua presença e contribuir para a realização bem-sucedida do evento, é essencial que você faça sua inscrição com antecedência de 7 dias (sete).

A MMP Cursos Capacitação e Treinamento confirmará os eventos no mínimo 5 (cinco) dias antes de sua realização. Por favor, aguarde essa confirmação antes de organizar sua participação. Note que sua inscrição só será considerada válida após recebermos a nota de empenho, ordem de serviço, autorização ou outra forma de comprovação de pagamento.

A MMP Cursos Capacitação e Treinamento se reserva o direito de adiar ou cancelar os cursos se não houver número suficiente de participantes. Além disso, pode haver substituição de palestrantes em situações imprevistas ou de força maior.

CANCELAMENTO E REEMBOLSO

Em relação ao participante, o cancelamento da inscrição deve ser efetuado com um prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data do evento. Ultrapassado este período, o participante tem a opção de substituir sua vaga por outra pessoa ou solicitar um crédito equivalente ao valor pago na inscrição.

Todos os cursos oferecidos pela MMP Cursos Capacitação e Treinamento podem ser ministrados na modalidade "in company" em qualquer localidade do Brasil.

PROPOSTA
COMERCIAL

RONNYFLIX

GRUPO  CENTRUM

Sobre o RONNYFLIX

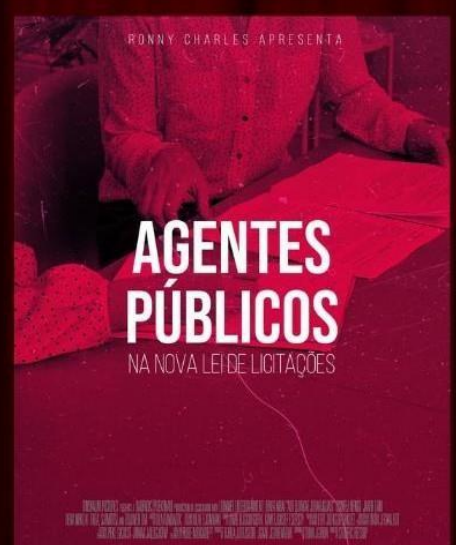
O RonnyFlix é uma experiência completa, repleta de benefícios exclusivos voltados para a capacitação na área das contratações públicas:

- **Plataforma de Aulas EAD:** Tenha acesso ilimitado a um rico acervo de aulas ministradas pelo Professor e Advogado da União Ronny Charles no campo das Contratações Públicas. Aprenda no seu próprio ritmo, de onde estiver, e amplie suas habilidades em contratações públicas.
- **Live Mensal:** Não perca a oportunidade de participar de sessões ao vivo. Interaja, faça perguntas e fique atualizado com as últimas tendências e práticas da área.
- **Atualização de Aulas:** Mantenha-se sempre à frente. Nossa assinatura oferece constantes atualizações e melhorias nas aulas, garantindo que você tenha acesso às informações mais recentes e relevantes.
- **Materiais Complementares:** Vá além do básico com materiais adicionais cuidadosamente selecionados. Tenha acesso a diversos materiais que aprofundarão ainda mais o seu aprendizado.
- **Grupo Exclusivo:** Faça parte de uma comunidade apaixonada por Contratações Públicas. Conecte-se com outros profissionais, compartilhe experiências, troque ideias e amplie sua rede de contatos dentro do nosso grupo exclusivo.

Eixos temáticos



Segmentação
estratégica dos
grandes temas
nas contratações
públicas que
serão atualizados
periodicamente!



Resumo biográfico do Professor Ronny Charles

Advogado da União. Membro da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União (AGU). Já exerceu o cargo de Consultor Jurídico Adjunto na Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego e de Coordenador Geral de Direito Administrativo na Consultoria Jurídica da União perante o Ministério da Previdência Social.

Doutorando em Direito do Estado e Regulação (UFPE). Mestre em Direito Econômico (UFPB). Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP).

Coordenador da pós-graduação em Licitações e Contratos, da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador (junto com os Professores Jacoby Fernandes e Murilo Jacoby) da pós-graduação em Licitações e contratos, da Faculdade CERS.

Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: Leis de licitações públicas comentadas (14ª Edição. Ed. JusPodivm); Direito Administrativo (Co-autor. 13ª Edição. Ed. Jus Podivm); RDC: Regime Diferenciado de Contratações (Co-autor. 2ª Edição. Ed. Jus Podivm); Leis Especiais para Concursos – v.11 Licitações Públicas (9ª Edição. Coleção Leis para concursos públicos: Ed. Jus Podivm); Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle (Ed. Jus Podivm); Licitações e Contratos nas Empresas Estatais (Co-autor. 3ª edição. Ed. Jus Podivm).

Improbidade Administrativa

Comentada (Co-autor. Ed. Jus Podivm). Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (Co-autor. 2ª edição. Ed. Fórum). Análise Econômica das Licitações e Contratos (Co-autor. Ed. Fórum)



PÁGINA 4 DE

João Pessoa/PB, 06 de Setembro de 2024.

Conforme nosso contato, encaminho a proposta da assinatura de aulas online “RonnyFlix” do Professor Ronny Charles, totalmente virtual, através da Plataforma da Hotmart.

I. INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO

INSCRIÇÕES	VALOR INDIVIDUAL
01	R\$ 948,00

II A INSCRIÇÃO CONTEMPLA

• Acesso à plataforma com 8 (oito) eixos temáticos; • Atualização mensal de aulas; • Live mensal com o professor Ronny Charles; • Tempo de acesso ao curso: **12 (doze) meses,**

II. DEMAIS INFORMAÇÕES:

Tempo de Acesso: 12 meses

III. VALIDADE DA PROPOSTA:

Essa oferta é válida somente até o dia 01 dezembro 2024

Atenciosamente,

Ricardo Lopes Torres
Diretor Administrativo